



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Gabriela Telésforo Oliveira

A cor que sobrevive
Uma reflexão sobre violência obstétrica contra mulheres negras no Brasil

Mariana
2018

Gabriela Telésforo Oliveira

A cor que sobrevive

Uma reflexão sobre violência obstétrica contra mulheres negras no Brasil

Memorial do produto apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Projetos Experimentais II.

Orientadora: Ms. Fernanda Luiza
Teixeira Lima

Mariana
2018

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

- O48c Oliveira, Gabriela Telesforo.
A cor que sobrevive [manuscrito]: uma reflexão sobre a violência
obstétrica no Brasil. / Gabriela Telesforo Oliveira. - 2018.
30 f.
- Orientadora: Profa. Ma. Profa. Me. Fernanda Luiza Teixeira Lima.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .
1. Negras. 2. Violência contra as mulheres. 3. Violência obstétrica. I.
Lima, Profa. Me. Fernanda Luiza Teixeira. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 343.54-055.2

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

GABRIELA TELÉSFORO OLIVEIRA

**A cor que sobrevive:
uma reflexão sobre a violência obstétrica no Brasil**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em 13 de dezembro de 2018

Membros da banca

Profa. Me. Fernanda Luiza Teixeira Lima (Orientadora)
Profa. Dra. Lara Linhalis Guimarães (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz (Universidade Federal de Ouro Preto)

A Profa. Me. Fernanda Luiza Teixeira Lima, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/05/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Fernando Jauregui Pinto, COORDENADOR(A) DE CURSO DE JORNALISMO**, em 01/06/2023, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0534614** e o código CRC **036DBA2A**.

RESUMO

Nossa caminhada na terra não pode ser em vão, a vida é seu céu e inferno, justamente pela possibilidade de evolução. Evoluir requer empatia, olhar para o outro, se colocar no lugar, perceber sua pequenez e compreender seus privilégios. É agir, tentar, por mais simples que sejam suas armas, deixar seu melhor no mundo. E esse é meu melhor, a maneira como enxergo as pessoas. Era preciso escolher uma bandeira, defender uma luta, e eu escolhi as mulheres, palavra que mais parece um sinônimo para força e coragem.

O documentário *A cor que sobrevive* mostra essa maneira peculiar que enxergo as mulheres. Sobre um tema que só elas compreendem, o ato de gerar um filho e criá-lo, geralmente sozinhas, em meio a todas as adversidades do mundo. O documentário *A cor que sobrevive* é uma resposta ao sistema capitalista anti mulher e negra que não escuta, não cuida e não enxerga a existência de uma mulher negra, marginalizada e violentada no Brasil. Os relatos das mulheres vítimas de violência obstétrica que irão compor o documentário retratam um problema de saúde pública e estrutural resultante da cultura machista e racista presente em nossa sociedade.

O surgimento da violência obstétrica está diretamente ligado com o aparecimento dos hospitais e a substituição das parteiras por médicos, em geral homens e brancos, os quais realizavam e ainda realizam partos de acordo com suas escolhas e não baseados por experimentos científicos.

O recorte proposto pelo documentário *A cor*, somente relatos de mulheres pretas, mostrou-se necessário frente a escassez de depoimentos de mulheres negras em produtos audiovisuais sobre o tema violência obstétrica no Brasil. A necessidade desse enquadramento mostrou-se importante também no combate do dado divulgado pelo portal GELEDÉS, o qual afirma que “60% da mortalidade materna ocorre entre mulheres negras” (GELEDÉS, 2014).

Palavras-chave: Feminismo; Mulher Negra; Identidade; Violência Obstétrica, Lugar de Fala, Documentário, Relatos, Sobrevivência, Empoderamento

SUMÁRIO

Introdução	04
Escravidão e violência contra o corpo negro feminino	06
Feminismo e invisibilidade das Mulheres Negras	08
A mulher negra retratada nos produtos audiovisuais	11
Violência obstétrica no Brasil	14
Violência obstétrica contra mulheres negras no Brasil	17
A cor que sofre em silêncio	19
Empoderamento Feminino Negro	23
Relatório	24
Cronograma	25
Referências Bibliográficas	26

INTRODUÇÃO

Para entendermos a proposta de criar um documentário para denunciar crimes obstétricos contra mulheres negras, é necessário compreender a história imposta, desde os navios negreiros, ao corpo preto feminino. A violência obstétrica surgiu juntamente com a chegada dos hospitais, o fator que determina que o corpo preto sofra mais vem de antes, do período escravocrata.

A historiadora e ativista bell hooks (1981) conta no texto *Sou eu uma mulher* a trajetória dessas mulheres, as pretas, do ponto de vista da colonizada, diferenciando-se dos historiadores padrões: brancos, europeus e homens; mostrando a violência imposta ao corpo negro feminino desde os primórdios da escravidão. No navio negreiro, as mulheres eram obrigadas a permanecerem nuas, expostas a brutalidade da tripulação. A feminista hooks afirma que “a nudez das mulheres africanas servia de constante lembrança da sua vulnerabilidade sexual” (1981). Para a autora: “a exploração sexual das mulheres negras continuou muito depois da escravatura ter terminado e foi institucionalizada por outras práticas opressivas” (HOOKS, 2013, p. 44).

O documentário *A cor que sobrevive* parte da premissa que a violência cometida contra mulheres que foram escravizadas institucionalizou-se, perpetuando pela história uma série de opressões e preconceitos ao se tratar do corpo negro feminino. Defende-se que o sistema escravocrata implantado nos Estados Unidos, reproduzido em várias nações, estabeleceu diretrizes para o tratamento de escravizados em todo o mundo, entre elas, o violento tratamento dado às negras.

Os dados que tive acesso abordam o problema que enfrentamos, a violência obstétrica, mas não observam uma realidade ao se tratar da população brasileira: a existência da mulher negra. No documentário “*VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA - A voz das brasileiras*”, citado pela pesquisa da Fundação Perseu Abramo em 2013 sobre violência no parto, de todas as quinze mulheres que participaram do filme concedendo seus depoimentos, apenas duas eram negras. Em *Sou eu uma mulher*, bell hooks (1981) explica esse fenômeno de esquecimento da mulher negra nos Estados Unidos, mesmo com as diferenças entre os dois países, defende-se que no Brasil ocorre fenômeno semelhante:

Em toda a história americana, o imperialismo racial dos brancos apoiou o costume dos acadêmicos em usar o termo “mulheres” mesmo que eles se referisse unicamente às experiências das mulheres brancas. No entanto tal costume, praticado conscientemente ou não, perpetuou o racismo na negação da existência de mulheres não-brancas na América. (HOOKS, 2013, p. 9).

A socióloga Djamila Ribeiro (2017) nos convoca a escrever sobre mulheres negras, a partir de trabalhos de pesquisadoras e feministas pretas: “falar a partir das mulheres negras é uma premissa importante do feminismo negro, como nos ensina Patricia Hill Collins sobre a necessidade dessas mulheres se autodefinirem” (RIBEIRO, 2013, p. 35), pois somente assim, daremos visibilidade a uma história e cultura apagada, ambas negadas pela colonização. Citada por Ribeiro, Collins (2016) em seu texto *Aprendendo com a outsider within* ao falar sobre a importância da luta dessas mulheres para se reconhecerem, afirma que: “definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação” (COLLINS, 2016, p. 104).

A ideia inicial do filme era produzir algo que garanta às mulheres negras vítimas de violência obstétrica o direito de relatar e questionar suas experiências antes, durante e depois do parto. A partir dos depoimentos de Autoconhecimento, Empoderamento e Força, o documentário *A cor que sobrevive* se propõe a discutir o tema colocando a mulher preta como protagonista da sua própria história.

O trabalho apresentado é uma resposta de combate ao dado, divulgado pela Organização Mundial da Saúde em 2014, o qual afirma que 60% das mortes que ocorrem durante o parto tem como vítimas mulheres negras. Parafraseando Lélia Gonzalez (1984) e seguindo o exemplo de Djamila Ribeiro (2017), informo que “neste trabalho assumimos nossa própria fala, ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”. (GONZALEZ apud Ribeiro, 1984, p. 221).

ESCRAVIDÃO E VIOLÊNCIA CONTRA O CORPO NEGRO FEMININO

Os Estados Unidos iniciaram no século XVII um modelo de trabalho forçado que perpetuou práticas de tratamento aos escravizados por todo o mundo. Ao trabalho forçado demos o nome de escravidão, esse período desumano da nossa história civilizatória foi responsável pelo massacre de milhares de homens e mulheres negras da época. A escritora bell hooks acredita que “a experiência do navio negreiro teve um tremendo impacto psicológico na alma das mulheres e homens negros” (HOOKS, 1981, p. 17).

O 5º artigo da Constituição Brasileira, que trata sobre os direitos e garantias fundamentais de todo cidadão, defende que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. O “todos” a qual a lei se refere engloba as diferentes realidades existentes em nosso país? Indo além, o termo compreende também a existência dos homens e mulheres negras?

Mesmo que a Constituição garanta direitos iguais para todos, na prática há uma diferenciação no tratamento das pessoas em razão do sexo e cor. As autoras estudadas utilizam o termo pirâmide ao ilustrar a posição hierárquica de acordo com a classe e cor vigente em nossa sociedade, na qual a mulher negra ocupa o status mais baixo. Angela Davis (2017) explica que: “As mulheres brancas se situam no alto - primeiro as mulheres da burguesia, sob as quais colocamos as das classes médias e, depois, as da classe trabalhadora. Na parte mais baixa estão localizadas as mulheres negras e outras mulheres oprimidas racialmente” (DAVIS, 2017, p. 36). A pesquisadora Djamila Ribeiro (2017) também utiliza o termo pirâmide ao explicar a posição social do homem negro de acordo com esses valores hierárquicos estabelecidos, ela afirma que: “É muito importante perceber que homens negros são vítimas do racismo e, inclusive, estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social.” (RIBEIRO, 2017, p. 40). Ribeiro, baseada nos pensamentos de Grada Kilomba, analisa que: “Mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade” (RIBEIRO, 2017, p. 39).

Os relatos de Solomon Northup presentes no livro *Doze Anos de Escravidão* (1808-1863), ao narrarem sua experiência numa casa de escravos em New Orleans, ilustra o sofrimento imposto às mulheres negras mães da época. Como apresenta, Eliza, raptada junto com seus filhos e escravizada, não queria ser vendida separada das crianças, mesmo implorando e chorando para que fossem levados juntos, seu dono os vendeu separadamente, deixando a menina para a exploração sexual quando ficasse mais jovem:

Ela pediu ao homem para não comprá-lo, a menos que comprasse a ela e a Emily. Eliza prometeu, nesse caso, ser a mais fiel escrava que já houve. O homem respondeu que não tinha dinheiro para isso, e então Eliza entrou numa crise de tristeza, chorando lamentosamente. Freeman virou-se para ela, irritado, com o chicote na mão erguida, ordenando que parasse com aquele barulho, senão a açoitaria (NORTHUP, 1808-1863, p.68).

Solomon Northup também nos conta a realidade da escrava Patsey, que segundo ele, tinha “um temperamento cordial e agradável, era fiel e obediente”. Mesmo habilidosa, era constantemente castigada pelo ciúmes que despertava na esposa de seu comprador:

Patsey chorava com frequência e sofria mais do que qualquer um de seus companheiros. Ela fora literalmente esfolada. Suas costas tinham as cicatrizes de mil açoites, não porque fosse negligente em seu trabalho, tampouco por ser de um ânimo descuidado ou rebelde, mas porque quis o destino que ela fosse escrava de um senhor atrevido e de uma senhora ciumenta (NORTHUP, 1808-1863, p.153).

Problemas contemporâneos relacionados a desigualdade social e racial possuem raiz no período escravocrata. Seja a atual violência imposta a maioria das pretas ou o aprisionamento de grande parte dos jovens negros em cadeias, os resquícios da escravidão estão por todos os lados. Foi nos navios negreiros que estereótipos sobre a mulher preta começaram a ser construídos. Após serem espancadas, violentadas e torturadas, o surgimento de uma gravidez era explicado pela "sexualidade selvagem" das negras. A autora bell hooks afirma que “a violação era um método comum de torturar escravas, usado para submeter mulheres negras rebeldes. A ameaça da violação ou de outra brutalização física inspirava terror nas mentes deslocadas das mulheres africanas.” (HOOKS, 1981, p. 16). A prática machista de culpabilizar a vítima pela violência sofrida naquela época era ainda mais agressiva que nos dias atuais. A pesquisadora e feminista bell hooks afirma que:

A designação de todas as mulheres negras como sexualmente depravadas, imorais e perdidas teve a sua raiz no sistema escravagista. As mulheres brancas e os homens justificaram a exploração sexual das mulheres negras escravizadas argumentando que elas eram as promotoras das relações sexuais com os homens. De tal pensamento emergiu o estereótipo das mulheres negras como sexualmente selvagens, e em termos sexuais uma selvagem sexual, uma não-humano, um animal não podia ser violado. (HOOKS, 2013, p. 39)

As heranças do período escravocrata interferiram na maneira como os pretos e pretas se identificam e se reconhecem, bell hooks (1981) nos alerta que: “A desvalorização da natureza feminina negra foi um consciente e deliberado esforço por parte dos brancos para sabotar a subida da autoconfiança e auto-respeito das mulheres negras.” (HOOKS, 1981, p. 44). Os navios negreiros representam, na vida das mulheres pretas, toda uma história de opressão, violência e silenciamento. A autora ainda explica que “a mulher negra não era protegida nem pela lei ou opinião pública, ela era um alvo fácil. Enquanto o racismo foi claramente a maldade que decretou que o povo negro seria escravizado, foi o sexismo que determinou que o destino das mulheres negras seria duro, mais brutal do que o dos homens negros escravizados.” (HOOKS, 1981, p. 32). Antes do período escravocrata, vigorava na sociedade patriarcal da época pensamentos e ações machistas que ditavam o modo de viver e comportar das mulheres. A defesa da inferioridade feminina vigente, somada a imposição da supremacia de uma cor sob a outra, atribuíram a mulher negra uma posição desfavorável frente um sistema sexista, segregatório e desigual.

FEMINISMO E INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS

Ao iniciar meus estudos sobre o tema abordado neste trabalho, me deparei com um universo completamente diferente do que havia vivido e experienciado ao longo da minha vida. As bibliografias que estudei e as informações que recebi durante meu percurso estudantil básico, não mostravam a existência de uma outra versão da história a não ser a dos colonizadores, geralmente escrita por brancos e em sua maioria homens. Ao me deparar, durante a pesquisa bibliográfica que compõem o presente memorial, com a numerosidade de textos, pesquisas e estudos sobre a população negra, feito majoritariamente por pessoas negras, descobri um mundo que nunca haviam me contado.

Na universidade fui apresentada a causa das sufragistas, as mulheres que até então eu acreditava serem as protagonistas de uma luta e um movimento inclusivo em prol de todas as mulheres. Baseada nas minhas vivências como uma mulher que se descobriu preta tardiamente e se legitimou através da fala e escrita de feministas como Angela Davis, bell hooks, Djamila Ribeiro, descobri que: “A primeira defesa dos direitos das mulheres brancas nunca procurou a igualdade social para todas as mulheres; elas estavam à procura da igualdade social para as mulheres brancas” (HOOKS, 1981, p. 90).

As mulheres brancas da época, até mesmo as feministas, culpabilizavam as negras pelos estupros cometidos por seus maridos: “Para muitas outras mulheres brancas abolicionistas a única força de motivação por detrás dos seus esforços anti-escravatura foi o desejo de pôr um fim ao contato sexual entre os homens brancos e as mulheres negras escravizadas” (HOOKS, 1981, p. 22). A autora explica que mesmo se definindo como abolicionistas, o interesse principal dessas mulheres não era a liberdade das pessoas pretas escravizadas: “Elas não estavam preocupadas com o dilema das mulheres negras escravizadas, mas em salvar as almas dos homens brancos sobre os quais elas acreditavam que pecaram contra Deus pelos seus atos de depravação moral” (HOOKS, 1981, p. 22).

O ato de culpabilizar a vítima em casos de violência sexual na época, era legitimado por crenças religiosas que vigoravam no período. A pesquisadora hooks afirma que “A transformação da mudança da imagem da mulher branca como pecadora e sexual para essa mulher branca senhora virtuosa ocorreu ao mesmo tempo que a exploração sexual em massa das mulheres negras escravizadas” (HOOKS, 1981, p. 25). Ela também acrescenta que: “Enquanto os homens americanos idealizaram a natureza feminina branca sexualmente e brutalizavam as mulheres negras.” (HOOKS, 1981, p. 25), foi atribuído às recém escravizadas, o rótulo de seres em pecado, sexualmente depravadas e responsáveis pelos pecados dos homens brancos, fazendo uma espécie de substituição de estereótipo, santificando a mulher branca e culpabilizando à pele preta por todos os males sociais. Durante o período escravocrata, as definições do termo mulher eram distintas e não englobava o corpo negro feminino escravizado. Em 1851, no Women’s Rights Convention em Akron, nos Estados Unidos, Sojourner Truth em seu discurso *E não sou uma mulher?* criticou a exclusão das pretas no significado do termo:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851)

Djamila Ribeiro (2017) fala em nomear a realidade das mulheres negras para que assim elas sejam vistas e ouvidas: “Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível, a insistência em falar de mulheres universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser

mulher seja visto” (RIBEIRO, 2017, p. 41). O movimento feminista da época estudada não enxergava as questões que oprimiam as mulheres negras, tornando-se também um estrutura segregacionista. As mulheres brancas que lutavam pelos direitos das mulheres, não acrescentavam a questão negra em suas pautas, elas sustentavam práticas racistas, e ajudaram na manutenção do sistema escravocrata. A historiadora bell hooks explica que:

A maior parte das feministas assumiu que os problemas que as mulheres negras enfrentavam eram causados pelo racismo – não pelo sexismo. A assunção de que podemos divorciar a questão da raça do sexo, ou do sexo da raça, enublou a visão dos pensadores americanos e escritores sobre a “questão” da mulher na maior parte das discussões sobre sexismo, opressão sexista, ou a distorção do lugar das mulheres na sociedade foram distorcidas, tendenciosas e inexatas. (HOOKS, 2013, p. 8)

A pesquisadora Djamila Ribeiro ao falar da cegueira do movimento feminista em relação às mulheres negras afirma que: “Interessava, ali, a conquista de direitos para um grupo específico de mulheres, o que se perpetuou, durante muito tempo, mesmo quando mulheres negras começaram a escrever sobre invisibilidade da mulher negra como categoria política” (RIBEIRO, 2017, p. 24). O movimento feminista segregacionista foi responsável por, ao somente escutar suas próprias vozes, marginalizar e inviabilizar ali, a luta e resistência das mulheres pretas.

A feminista Angela Davis compara as experiências de mulheres pretas e brancas e explica que: “As mulheres de minorias étnicas - e as mulheres brancas da classe trabalhadora - sofriam os efeitos do sexismo de um modo diferente daquele de suas irmãs associadas ao movimento de libertação feminina e, conseqüentemente, sentiam que as questões das mulheres brancas da classe média eram, em grande medida, irrelevantes para sua vida” (DAVIS, 2017, p.34).

A ativista social bell hooks, ao falar sobre as diferentes demandas de cada grupo étnico de mulheres, também critica o comportamento de feministas brancas: “enquanto o recente movimento de mulheres chamava a atenção ao facto de as mulheres negras serem duplamente vitimizadas pela opressão sexista e racista, as feministas brancas tendiam a romancear a experiência feminina negra mais do que a discutir o impacto negativo dessa opressão” (HOOKS, 1981, p. 8). O movimento feminista da época não enxergava as questões que oprimiam as mulheres negras, tornando-se assim um estrutura segregacionista.

Angela Davis, no livro *Mulheres, Raça e Política*, fala sobre a necessidade de buscar melhorias para as pessoas que compõem a base da pirâmide social, as mulheres pretas.

Segundo a estudiosa, uma conquista adquirida para as classes menos favorecidas representa uma avanço também para aquelas privilegiadas pelo sistema: “Se aquelas no ponto mais baixo da pirâmide conquistam avanços para si mesmas, é praticamente inevitável que seu progresso empurre o conjunto da estrutura para cima. O avanço das mulheres de minorias étnicas quase sempre dá início a mudanças progressistas para todas as mulheres” (DAVIS, 2017, p. 36).

Davis nos incentiva a lutar contra as práticas racistas incorporadas pela escravidão no movimento de mulheres: “Hoje, não podemos mais pagar o preço de negligenciar as influências racistas que permeiam o movimento de mulheres nem podemos continuar sucumbindo à crença de que as mulheres brancas serão eternamente incapazes de assimilar a natureza dos laços que as unem às suas irmãs de minorias étnicas” (DAVIS, 2017, p.34). A autora também nos convida a reconhecer os laços que nos une como uma classe de mulheres.

Acredito que a comunicação, exercida com responsabilidade social, possa desenvolver um importante papel na conscientização de mulheres, pretas e brancas, sobre os problemas que atingem aquelas situadas na parte mais baixa da pirâmide social, as quais a invisibilidade foi imposta por um sistema que nega a existência de cada uma delas. Como comunicadora, penso que só assim conquistaremos progressos e melhorias para toda a classe de mulheres.

A MULHER NEGRA RETRATADA NOS PRODUTOS AUDIOVISUAIS

O período escravocrata deixou como herança social diversos estereótipo sobre a imagem da mulher negra, os quais se perpetuam, principalmente pelos meios de comunicação, até os dias atuais. Essa imagem da preta que nunca sente dor, que nasceu para cuidar e não ser cuidada é extremamente prejudicial para o estado psicológico e físico dessas mulheres. Ao não se preocuparem com seus corpos, elas deixam de cuidá-los, às questões ligadas a saúde nunca serão tema de prioridade em suas rotinas diárias. A pesquisadora bell hooks (1981) explica que:

Estereótipos negativos usados para caracterizar as mulheres negras eram anti-mulher. Como a ideologia sexista foi aceite pelo povo negro, esses mitos negativos e estereótipos efetivamente transcenderam as fronteiras de classe e da raça e afetaram a forma como as mulheres negras foram percebidas pelos membros da sua própria raça e a forma como elas se auto-perceberam. (HOOKS, 1981, p.52)

As definições que a sociedade e as instituições fazem do corpo preto feminino alteram a forma como mulheres pretas se enxergam. Ao discursar sobre a problemática dos estereótipos, fortalecidos majoritariamente pelos meios de comunicação, bell hooks (1981) critica a abordagem utilizada pela mídia: “Os mass media, especialmente a televisão, são uma via de continuar a imprimir sobre todas as nossas mentes as imagens negativas da natureza feminina negra. Na novela diária na qual o jovem homem branco apaixona-se pela mulher negra, ela é retratada apenas em termos de estereótipos negativos” (HOOKS, 1981, p. 48). Se analisarmos a representação da figura negra na televisão nos dias atuais vamos nos deparar com os mesmos estereótipos criados no passado.

A atriz e ativista Taís Araújo foi nomeada em 2017 pela Organização das Nações Unidas, a ONU, como defensora dos Direitos das Mulheres Negras. Ela interpretou, ao longo de sua carreira, diversos papéis que reforçam os estereótipos da mídia atribuídos a população negra, não que ela quisesse, mas foram os papéis designados a ela. A atriz, mesmo tendo vivido outras personagens, ganhou visibilidade midiática somente em 1996, sendo a primeira mulher negra protagonista de uma novela, o papel era da escrava liberta Chica da Silva. As imagens televisivas sobre a mulher preta dificilmente escapam dos estereótipos estabelecidos no período escravagista.

O poder dessas imagens ultrapassou as barreiras raciais, os negros também passaram a acreditar na identidade criada pela mídia para defini-los: “As imagens negativas das mulheres negras na televisão e no cinema não são simplesmente gravadas nas mentes dos homens brancos, elas afetam todos os americanos. As mães e pais negros reclamam constantemente que a televisão reduz a autoconfiança e auto-estima das raparigas negras” (HOOKS, 1981, p. 49). Nas novelas, filmes e programas de entretenimento, até mesmo nos produtos jornalísticos, prevalece a figura estereotipada e pejorativa. Quando a voz negra ganha espaço na televisão, geralmente ela vem acompanhada de alguma imagem estereotipada, seja da preta gorda que cuida ou da mulata sensual que encanta.

Sempre espera-se que haja uma negra interpretando pessoas e profissões marginalizadas, seja ela empregada doméstica, camareira ou até mesmo prostituta, bell hooks (1981) afirma que: Em outros programas de televisão a imagem predominante das mulheres negras são de objeto sexual, prostitutas, vacas, etc. A segunda imagem é a gorda e irritante figura maternal. Mesmo esses programas que elencaram crianças do sexo feminino

negras, retrataram-nas dentro do modelo dos estereótipos negativos. (HOOKS, 1981, p.48). No Brasil, no ano de 1952, a então TV Tupi produziu e exibiu a famosa série Sítio do Picapau Amarelo, uma de suas personagens, Tia Nastácia, foi modelada seguindo esses mesmos padrões preconceituosos. A descrição da Tia Nastácia no site de pesquisas Wikipédia a descreve como “cozinheira do *Sítio*, medrosa mas de bom coração, a "segunda avó" das crianças”. Ao realizar uma simples busca de imagens da personagem no Google, ela sempre é mostrada como uma preta gorda de sorriso solícito.

A ativista bell hooks (1981) explica a relação da existência do estereótipo da preta gorda amável com a ordem social patriarcal vigente: “Eles viam-na como a encarnação da mulher como uma ama passiva, uma figura maternal que dava tudo sem esperar retorno, que não apenas não reconhecia a sua inferioridade para com os brancos como os amava. A mamã retratada pelos brancos não ameaçava a existência da ordem branca patriarcal porque ela submetia-se totalmente ao regime racista (HOOKS, 1981, p.61). Os estereótipos criados na época atribuíam características a diversos grupos pretos femininos, ensinando-as como se comportarem, hooks (1981) explica que: “As imagens da mulher negra que são vistas como positivas usualmente são aquelas que retratam a mulher negra como sofredoras, religiosas, figuras maternas, cuja mais amável característica é o seu auto-sacrifício e auto-negação por aqueles que ela ama (HOOKS, 1981, p.49).

As pretas que se reconhecem nesses estereótipos tendem a não cuidar de seus corpos por não acreditarem na importância deste gesto. Sua retratação social como mulher forte e resistente a dor idealiza um imaginário social compartilhado por todas as pessoas, inclusive pela própria mulher preta, hooks entende que: “A imagem estereotipada das mulheres negras como fortes e poderosas dominou tanto a consciência da maior parte dos americanos, que até a mulher negra é claramente conformada com as noções sexistas de feminilidade e passividade que ela pode caracterizar como resistente, dominadora e forte” (HOOKS, 1981, p.60), e pior, geralmente as pretas passam por todos os sofrimentos característicos da cor em silêncio, pois assim foram ensinadas.

Em seus escritos bell hook explica que essas imagens pré fabricadas do feminino preto funcionam como uma espécie de manutenção estrutural do sistema sexista e racista que vivemos. A autora entende que: “Na vida real a mulher negra de forma alguma se assemelha à personagem que ela retrata na novela, e ela é a única personagem que é feita para parecer

radicalmente diferente, cujos traços do rosto são grosseiramente distorcidos” (HOOKS, 1981, p.48), porém, ela (1981) também afirma que:

Quando o povo negro é falado o sexismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras; quando as mulheres são faladas o racismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras. Quando o povo negro é falado a tendência é focada nos homens negros; e quando as mulheres são faladas a tendência recai sobre as mulheres brancas. Em lado nenhum isto é mais evidente que no vasto corpo da literatura feminista. (HOOKS, 2013, p. 8)

Essa ação, a estereotipização do comportamento preto feminino, enfraquece o movimento de mulheres pretas e contribui para o silenciamento imposto a elas pelas instituições e sociedade.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

Mulheres são vítimas de violência no parto constantemente. Segundo dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo de 2013, uma a cada quatro mulheres sofre violência obstétrica no país. Os relatos que tivemos acesso ao construir a presente pesquisa, mostram que essas práticas, por estarem relacionadas também com o machismo, atingem diferentes mulheres, pobres e ricas, pretas e brancas, de formas violentas distintas. As reclamações de práticas violentas nos hospitais denunciam tanto o setor público quanto o privado de saúde. O Ministério da Saúde, através do seu portal na internet Blog da Saúde, define o conceito de violência obstétrica:

A violência obstétrica é aquela que acontece no momento da gestação, parto, nascimento e/ou pós-parto, inclusive no atendimento ao abortamento. Pode ser física, psicológica, verbal, simbólica e/ou sexual, além de negligência, discriminação e/ou condutas excessivas ou desnecessárias ou desaconselhadas, muitas vezes prejudiciais e sem embasamento em evidências científicas. Essas práticas submetem mulheres a normas e rotinas rígidas e muitas vezes desnecessárias, que não respeitam os seus corpos e os seus ritmos naturais e as impedem de exercer seu protagonismo. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2017)

Defende-se aqui a relação entre a violência obstétrica com a migração dos partos do ambiente domiciliar para o hospitalar. A professora da Universidade Federal de Minas Gerais Anayansi Correa Brenes, em sua pesquisa sobre a história da parturição no Brasil afirma que no século XIX a arte do parto “era realizada por mulheres denominadas "aparadeiras" ou "comadres", que assistiam as mulheres, seja no trabalho de parto e nos cuidados pré e pós-parto”. Com o surgimento do modelo hospitalar, Brenes afirmar que: “médicos-parteiros

nesta prática inaugurou, não só o esquadrinhamento do corpo feminino, como a produção de um saber anatômico e fisiológico da mulher, a partir do olhar masculino” (BRENES, 2013).

Acredita-se, baseada nos relatos coletados ao longo dessa pesquisa e nas referências audiovisuais consultadas, que as práticas médicas, quando inadequadas, causam maior dor e transtorno para as mulheres que o próprio trabalho de parto em si. Existem muitos mitos sobre a dor consequente do parto, essas informações, geralmente vindas dos próprios profissionais da saúde, traumatizam as mulheres e muitas das vezes, fazem com que elas escolham métodos mais dolorosos e ou abram mão de seu protagonismo pensando somente orientadas pelo medo da dor. A psicóloga e doula Eleonora de Moraes escreve sobre o tema no livro eletrônico *DOR DO PARTO como aprender com ela*, no qual explica a diferença entre "sentir dor" e "ter medo da dor". Ela entende que é necessário desconstruir a confusão criada entre os significados da percepção real da dor e o medo que a antecede. Moraes afirma que somente assim é possível desfazer os mitos que cercam o processo, pois a dor é algo natural do parto e o corpo da mulher é preparado para isso.

A fundação Fiocruz realizou um estudo sobre a gestação e o parto no país, a pesquisa acompanhou 28.984 mulheres e seus bebês em unidades de saúde públicas nos anos de 2011 e 2012. Os dados coletados deram origem ao documento intitulado *Nascer no Brasil: Inquérito nacional sobre o parto e nascimento*. Trata-se de um projeto de grande relevância ao abordarmos o tema violência obstétrica. O filme da fundação Fiocruz *Nascer no Brasil: Parto, da violência obstétrica às boas práticas* apresenta informações e depoimentos coletados durante o estudo. O relato de uma das mulheres entrevistadas evidencia essa dor causada pelas intervenções médicas desnecessárias: "O Soro eu descobri que é uma forma de castigo para qualquer mulher. Machuca muito a mulher. Então se você quer ter o parto ao natural, a dor normal do corpo da mulher, o momento da mulher. E não te botar um bocado de remédio e te induzir uma dor e deixar lá" (NASCER NO BRASIL, Parto, da violência obstétrica às boas práticas). Entrevistada, a coordenadora da pesquisa Maria do Carmo Leal explica que esse processo de acelerar o parto usando a ocitocina sintética, hormônio responsável pelas contrações, além de ser extremamente doloroso para a mulher, não a prática recomendada pela Organização Mundial da Saúde.

O filme *Nascer no Brasil* também apresenta o depoimento das profissionais que realizaram a coleta dos dados. A fala delas evidencia a presença de um machismo institucional que dita regras opressivas ao se tratar do corpo da mulher e a forma como ela

deve atuar na hora do parto. As pesquisadoras afirmam que muitas das gestantes entrevistadas alegaram terem sido maltratadas por terem gritado ao expressar a dor natural do momento. Sobre as parturientes que chegam para o trabalho de parto empoderadas, os depoimentos mostram que essas mulheres, ao questionarem ou exigirem seus direitos, sofrem com a violência médica de forma indireta, as pesquisadoras afirmam que essas mulheres geralmente são deixadas de lado, consideradas como as "chatas".

Existem diversas práticas que violentam a mulher no processo do trabalho de parto, elas se diferenciam conforme a ação e ideologia de cada profissional. O blog do Ministério da Saúde traz exemplos de práticas que podem ser consideradas violentas, entre elas não receber alívio da dor, não permitir acompanhante que a mulher escolher, omitir informações sobre o processo do parto, desconsiderar os valores culturais da parturiente, insultos, gritos, ameaças, chacotas, piadas. A coordenadora da pesquisa *Nascer no Brasil* Maria do Carmo Leal, ao falar sobre a melhor forma indicada para ganhar um filho, informa que mesmo sendo comprovado que as posições em que o corpo fica verticalizado são as melhores para dar a luz, cerca de noventa por cento das parturientes ganham seus filhos na pior posição deitada.

As cesáreas realizadas sem necessidade também representam uma prática obstétrica violenta na hora do parto. Em 2017 o portal eletrônico da Organização das Nações Unidas no Brasil divulgou uma matéria sobre o alerta emitido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre o número de cirurgias cesáreas no Brasil:

O elevado número de cesarianas no país coloca o Brasil em segundo lugar no mundo em percentual deste tipo de parto. Enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece em até 15% a proporção recomendada de partos por cesariana, no Brasil esse percentual é de 57%. As cesarianas representam 40% dos partos realizados na rede pública de saúde. Já na rede particular, chegam a 84% dos partos. (ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS NO BRASIL, 2017)

A organização Mundial da Saúde aconselha que as cesarianas sejam realizadas somente em último caso, quando a saúde da mulher estiver comprometida e não for possível realizar o procedimento ao natural. As cirurgias cesáreas realizadas no nosso país ultrapassam a proporção de partos normais e também o número reivindicado pela Organização Mundial da Saúde. Nosso país ocupa a segunda posição do ranking mundial na prática desse tipo de parto.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA CONTRA MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Para iniciar as reflexões sobre o tema violência obstétrica contra mulheres negras é necessário, primeiramente, entender o significado de duas palavras prejudiciais para a saúde física e emocional da negra, o racismo e o sexismo. Juntos, os termos englobam uma série de preconceitos que, segundo bell hooks (1981, p. 18), “é óbvio que as duas forças, o sexismo e o racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos e as opressões da mulher negra”. Segundo o dicionário Aurélio, sexismo é a discriminação baseada em critérios sexuais. Já a definição do termo racismo empregada no presente trabalho, se baseia no Painel de Indicadores do SUS, do Ministério da Saúde, que o entende como:

Um fenômeno cuja dinâmica é atualizada ao longo do tempo nas estruturas da sociedade. Os significados que ele reproduz incidem sobre o tratamento dado aos grupos raciais, influenciando os acessos e as oportunidades. Desta forma, o racismo cria e/ou potencializa as vulnerabilidades, impondo barreiras de acesso a direitos ou negligenciando necessidades (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 13).

Ao dar início as pesquisas para a construção do documentário *A voz que sofre em silêncio*, percebeu-se também a exclusão sofrida pelas mulheres negras até mesmo nas produções textuais. No site do Ministério da Saúde, o texto que informa o lançamento da campanha em 2014 de combate ao racismo no SUS (Sistema Único de Saúde), ao discursar sobre as razões do mesmo, atribui mais importância ao combate das doenças características da população negra e a necessidade do atendimento especializado neste caso; o item é necessário mas representa uma parcela pequena dos mecanismos de repressão presentes nos atendimentos hospitalares. No corpo do texto produzido pela instituição, a maioria dos dados eram referentes a saúde da mulher negra nos hospitais:

A criação da campanha foi motivada por relatos de discriminação e números que revelam a expressão do racismo no SUS, consequências do contexto social e histórico da população negra no Brasil. Dados do Ministério da Saúde demonstram que uma mulher negra recebe menos tempo de atendimento médico do que uma mulher branca. Enquanto 46,2% das mulheres brancas tiveram acompanhantes no parto, apenas 27% das negras utilizaram esse direito. Também 77,7% das mulheres brancas foram orientadas para a importância do aleitamento materno e apenas 62,5% das mulheres negras receberam essa informação. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014)

A questão das mulheres pretas serem tratadas de forma desumana na hora do parto ou de sofrerem com o descaso médico em exames de rotina não são evidenciadas ao longo da matéria, visto que, a maioria dos dados citados fazem menção a algum tipo de exclusão ou diferenciamento no atendimento sofridos por elas no SUS. Os números mostram um maior

grau de violência contra o corpo feminino negro nos atendimentos hospitalares, mesmo assim, elas não são citadas como o principal indicador no corpo da matéria. A autora bell hooks (1981) explica que: “Enquanto o racismo foi claramente a maldade que decretou que o povo negro seria escravizado, foi o sexismo que determinou que o destino das mulheres negras seria duro, mais brutal do que o dos homens negros escravizados. (HOOKS, 1981, p. 32). No relatório *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*, o Ministério da Saúde apresenta dados sobre a saúde da mulher negra. O documento afirma que: “em 2008, a população negra representava 67% do público total atendido pelo SUS, e a branca 47,2%” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p.13).

Sobre o atendimento delas durante a gravidez, afirma-se que: “A proporção de gestantes que realizou pré-natal e que teve orientação sobre sinais de risco na gravidez foi de 75,2% entre a população de mulheres, sendo que, entre as brancas, 80,8% receberam essa orientação, enquanto 66,1% das pretas e 72,7% das pardas receberam essa mesma informação.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p. 15). Ainda sobre o exame de pré-natal: “A proporção de mães negras com no mínimo seis consultas, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, foi de 69,8%; ao passo que, entre as brancas, essa proporção foi de 84,9%.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p. 15). Sobre a mortalidade das negras durante o trabalho de parto, os números mostram que “do total de 1.583 mortes maternas em 2012, 60% eram de mulheres negras e 34% de brancas (MS/SVS/CGIAE).” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p. 1). Os dados emitidos pelo Ministério da Saúde reforçam a necessidade de se pensar formas de democratizar o sistema de saúde brasileiro, para que assim ele atenda, de acordo as especificidades da cor preta, igualmente todas as pessoas.

No webdocumentário Kurialuka (2016) da jornalista Emily Almeida Azarias, que fala sobre o autocuidado entre mulheres negras, uma das personagens narra um episódio que contrapõe as garantias da Constituição Brasileira e justifica a iniciativa de um documentário relatando violência obstétrica contra o corpo preto feminino. No filme, a secretária aposentada Nádyá Massa, negra, relata suas experiências de luta frente a um sistema que não a reconhece como “todos”. Mãe de oito filhos, Nádyá conta no webdocumentário sobre o parto de uma de suas meninas, ela não teve acompanhamento pré-natal e relata: “Quando eu senti que ela queria nascer, eu fui pro hospital. Quando cheguei na maternidade, o médico olhou pra mim e perguntou minha idade, eu falei, perguntou quanto tempo de gravidez, eu falei. Aí ele me analisou e falou assim: A senhora sabia que seu neném tá sentado?”

(AZARIAS, 2016). Ela não sabia a resposta pois não teve acesso ao acompanhamento pré-natal, direito assegurado pelo Conselho Nacional de Justiça, que em seu site declara que “Toda mulher tem direito a realizar exames de acompanhamento pré-natal, dar à luz com segurança, à licença-maternidade e a amamentar o seu filho” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Para darmos seguimento ao relato de Nádyá é importante compreender um preconceito racial primitivo que alega que preto é resistente a dor. No Portal Geledés, o texto *Saúde e mulher negra: Quando a cor da pele determina o atendimento*, de Natalia Roberto estudante de obstetrícia da USP, alega que “O estereótipo racista que coloca a mulher negra como “forte” e “mais resistente à dor” carrega enormes implicações no atendimento e cuidado a mulheres negras”. Nádyá sofreu esse preconceito ao dar a luz a sua filha: “Olha que história, a anestesia acabou, na metade do parto, terminaram de costurar minha barriga sem anestesia, cada ponto que ele dava era um grito que eu dava, eu perguntava, vai demorar? Dá pra acreditar? E ele só falava assim: Tá acabando, fique quieta, fique quieta!” (KURIALUKA, 2016). Assim como Nádyá, milhares brasileiras sofrem nas mesas de parto, as que possuem a cor preta, nem mesmo são consideradas mulheres.

Em 2014, o portal eletrônico do Ministério da Saúde publicou um texto sobre a campanha de combate ao racismo no Sistema Único de Saúde, o SUS. A matéria apresenta dados que apontam enorme discrepância ao analisarmos a diferenciação de cor nos atendimentos básicos de saúde:

Uma mulher negra recebe menos tempo de atendimento médico do que uma mulher branca. Enquanto 46,2% das mulheres brancas tiveram acompanhantes no parto, apenas 27% das negras utilizaram esse direito”, Também 77,7% das mulheres brancas foram orientadas para a importância do aleitamento materno e apenas 62,5% das mulheres negras receberam essa informação. 60% das mortes maternas ocorrem entre mulheres negras e 34% entre as brancas. 60% das mortes maternas ocorrem entre mulheres negras e 34% entre as brancas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Mesmo solidarizando com os números de violência obstétrica contra mulheres brancas, é necessário argumentar que a mulher negra sofre mais. Entre as informações divulgadas pelo Ministério da Saúde (2014) na campanha de combate ao racismo no Sistema Único de Saúde (SUS), no que se diz a mulher negra e a violência obstétrica contra mulheres, afirma-se que 60% das parturientes mortas durante o trabalho de parto eram negras.

A PROPOSTA DO DOCUMENTÁRIO

Estava nos primeiros anos do curso de jornalismo da UFOP quando comecei a pensar sobre o tema que hoje estou pesquisando neste trabalho. Participei de uma palestra do evento Calourada Preta e a jovem militante que palestrava, iniciou a leitura de uma lista informando nomes e datas de massacres da comunidade negra no Brasil. Ela citou o episódio da Candelária, do Carandiru, e no último item, minha atenção se fixou em “pelas mulheres pretas que recebem menos anestesia na hora do parto em razão da cor”. Era a primeira vez que tomava ciência da existência dessa prática. Quando entrei na universidade, nem mesmo me reconhecia como uma mulher preta. Mesmo morando a maior parte da minha vida em uma favela, não me reconhecia como periferia, talvez por não ter a cor mais escura, talvez por não entender as regras estabelecidas em nossa sociedade.

Sempre dei o melhor de mim, comecei a trabalhar cedo pois sonhava em pagar um curso pré vestibular. Filha mais velha de mãe solteira, aprendi logo cedo a me cuidar. Aos oito já sabia fazer arroz, também era eu quem ensina minha irmã o para casa. Lembro das histórias que escrevia quando criança, um dia ainda vou publicar um livro, pensava. Me dividi em duas quando cursava o último ano do ensino médio. Estudava na parte da noite e trabalhava durante o dia. O tão esperado vestibular se aproximava e era necessário me preparar. Na metade do ano me matriculei em um cursinho, no mesmo horário das aulas do terceiro ano. Sempre me destaquei em sala, adiantei tudo para não precisar de notas do final do ano. Faltava da escola para aprender mais, em uma instituição particular de ensino. Em seis meses aprendi coisas que jamais havia visto em toda a minha grade, isso porque o Enem solicita apenas o básico do currículo. E não foi o suficiente. No ano seguinte me foquei apenas no trabalho e no preparatório para a universidade. Telemarketing de dia e estudos a noite. Quase não foi o suficiente. As cotas me proporcionaram a oportunidade que o ensino básico adquirido em minha escola havia negado.

Já na universidade, me descobri como mulher e negra conforme cada trabalho apresentado. Nas aulas de introdução à filosofia aprendi sobre identidade, ética, cidadania, manifestações culturais. Nas práticas de cada disciplina, entendi que todos importam. Que é necessário escutar e literalmente sentir o que os outros sentem. E eu senti. Senti cada informação sobre desigualdade social, mortes por fome, roubo de dinheiro público, violência policial, racismo, violência doméstica, sexismo. Senti na pele. Querendo ou não represento

uma minoria. Considerei que era necessário abraçar uma causa, duas para ser exata, das mulheres e da cor preta.

Decidi produzir um documentário sobre violência obstétrica contra mulheres pretas por se tratar de um tema que necessita ser pesquisado. Milhares de mulheres morrem em hospitais durante o parto. Mais da metade delas são pretas. Nos documentários utilizados como referência neste trabalho, praticamente não haviam mulheres pretas falando sobre suas experiências no campo estudado. Suas vozes pareciam ter sido silenciadas. Como comunicadora, não posso permitir que apenas um grupo seletivo tenha seu lugar de fala assegurado.

Trabalho com a pesquisa no campo da violência obstétrica há dois anos. Nesse período, falei sobre o tema com todos ao meu redor, mulheres e homens, todos tinham histórias violentas sobre parto para contar. Há relatos de cesariana desnecessária, gritos, ofensas e a negação de uma acompanhante na mesa de parto. Minhas recordações me levaram a outra época, quando ainda cursava o ensino médio e muitas das minhas amigas engravidaram. Quando falávamos sobre o parto, a reclamação da maioria dessas meninas eram sobre a postura dos médicos que rotineiramente utilizam a frase “Na hora de fazer não gritou”.

A proposta deste documentário é denunciar crimes obstétricos cometidos contra mulheres negras a partir da voz de cada uma delas. Buscou-se aqui o rompimento de práticas racistas e sexistas ao tratarmos uma mulher e sua representação social. No decorrer da pesquisa, diversas vezes apaguei expressões e reescrevi frases que de alguma forma perpetuam o racismo. Exemplificando, não utilizei o termo escrava ao me referir às mulheres negras escravizadas por entender a importância de mudar também os discursos. Escravo não é uma característica da palavra negro, alterando os termos, evidenciei, seguindo o exemplo das autoras aqui estudadas, que a cor preta sofreu esse processo.

Utilizei como recorte territorial a cidade de Ouro Preto. Em razão de ter estudado em uma universidade pública na região e, desfrutado de seus privilégios, me senti na obrigação de retribuir todo o conhecimento recebido na produção do documentário *A cor que sobrevive*. As mulheres selecionadas como fonte representam uma parcela da população que geralmente não é ouvida. Trata-se de mulheres pretas da classe trabalhadora e mães. Cada uma com sua experiência, cada uma com seus relatos. Defende-se aqui a importância desses testemunhos ao estudarmos o tema violência obstétrica. Visto que grande parte da população é preta,

devemos assegurar que essa parte também possua lugar de fala. No livro de Djamila Ribeiro (2017) “O que é lugar de fala?”, a também mestre em filosofia política pela Universidade Federal de São Paulo explica a importância de falar a partir e sobre mulheres negras, destacar suas próprias vozes, as quais durante muito tempo, não foram escutadas.

Durante o desenvolvimento da temática abordada no presente filme, violência contra a parturiente negra, constatou-se a ausência de relatos de mulheres pretas e dados específicos sobre o grupo étnico estudado nos produtos audiovisuais consultados sobre o assunto. Visto que, geralmente, a história é contada pela perspectiva dos colonizadores sobre os colonizados, o presente pesquisa inverteu o modelo tradicional: homens brancos dissertando sobre negros. Infelizmente, os escritos acadêmicos do campo da produção audiovisual e documentário realizados por mulheres não foram encontrados. A presença feminina nas pesquisas do campo estudado ainda são escassas, por essa razão utilizarei aqui a perspectiva de Bill Nichols para definir os conceitos que utilizarei na produção do filme, segundo Nichols (2001): “Esses filmes representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e compartilhamos. Tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e a organização realizadas pelo cineasta (NICHOLS, 2001, p. 28). Me propus a compartilhar, através das falas e imagens de mulheres negras, uma outra perspectiva sobre as experiências ocasionadas pela violência obstétrica. Acredita-se que a sociedade nota a presença apenas dos que são vistos, sendo assim nomei e tornar visível a realidade das mulheres pretas perante a sociedade no presente documentário.

Acredita-se no poder das imagens para enviar uma mensagem e também na força da comunicação na construção de uma sociedade livre de preconceitos e sem opressão. Através de um documentário de representação social, não ficcional, será construí um filme que viabilize a fala das pretas na denúncia de crimes obstétricos. Segundo Bill Nichols: “a capacidade da imagem fotográfica de reproduzir a aparência do que está diante da câmera nos compele a acreditar que a imagem seja a própria realidade reapresentada diante de nós, ao mesmo tempo em que a história, ou o argumento, apresenta uma maneira distinta de observar essa realidade” (NICHOLS, 2001, p. 28).

Escolhi para compor a trilha sonora do documentário *A cor que sobrevive* a música Triste, Louca e Má do grupo Francisco El hombre. A canção ilustra diversos pontos abordados nessa pesquisa. O refrão consegue expressar o ponto de vista defendido pela autora nas frases “um homem não me define”, “minha casa não me define”, “minha carne não me

define”, “Eu sou meu próprio lar”. As palavras de poder e ordem da canção são estruturadas sob as mesmas crenças que estruturam a ideologia aqui apresentada.

Objetiva-se que o documentário *A voz que sofre em silêncio* nomeie uma realidade, e assim, viabilizá-la para que ela se torne um lugar de fala. A partir do ponto de vista de mulheres pretas vítimas de violência obstétrica este trabalho irá denunciar crimes sofridos por essa classe de mulheres dentro de hospitais. Através dos depoimentos apresentados no filme, daremos cor e forma a uma realidade de violência e maus tratos contra pretas no Brasil. A intenção do documentário é tornar visível tanto o corpo negro feminino quanto o sofrimento imposto a ele dentro de hospitais públicos e privados. Ao escrever sobre as possibilidades de representação presentes nos documentários, Bill Nichols acredita que:

Eles são uma representação do mundo, e essa representação significa uma visão singular do mundo. A voz do documentário é, portanto, o meio pelo qual esse ponto de vista ou essa perspectiva singular se dá a conhecer. A voz do documentário pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista. (NICHOLS, 2001, p. 73)

O mundo que objetiva-se apresentar neste trabalho contempla uma realidade distinta dos conceitos definidos por historiadores brancos e colonizadores, vai totalmente contra a definição de novelas e produções cinematográficas sobre o corpo preto. Deste modo mostraremos a realidade das mulheres que passaram pelo processo do trabalho de parto pela perspectiva delas, baseada em suas experimentações do ser mulher e negra em uma sociedade onde o machismo e racismo são institucionalizados.

TEREZINHA CATARINA

Terezinha tem uma alegria que é só dela, ela te cativa, te emociona, te faz ver flores em tudo quanto é cinza da vida. Tudo é lindo, em sua fala parece não existir sofrimento por mais que ele esteja caminhando juntinho de sua sombra. Sua vida é luta, da roça pra cidade, dos pais pro marido, parece que são raros os momentos onde ela é só dela. Mulher que preenche o lugar por onde passa, voz alta, gargalhada gostosa, conselhos gratuitos para quem quiser escutar. Mãe de cinco filhos, nasceu de parteira e viu dois de seus filhos nascerem na terra. Mais tarde quando avó, também trouxe seu neto no mundo, só que em um hospital. Mulher que falou, quando o sangue jorrava de seu corpo no nascimento do seu prematuro, que colocou as forças do corpo todinho! A simplicidade com que soluciona as questões da vida faz qualquer problema parecer pequeno. Entre cigarros e histórias, é possível ver um retrato de uma geração de mulheres que mesmo sem saber ressignificam a grande luta. Existir.

RAQUEL RITA

Raquel esconde no canto do rosto um sorriso tímido. De fala tranquila e baixa, quase não deixa transparecer a ferocidade com que enfrenta a vida. Uma mulher de hábitos simples. Respostas curtas. Revela com a intimidade o quanto seu caminho é doloroso. Como se não bastasse as suas, vive as lutas dos que a cercam. O seu sorriso é doce, inocente.

SIDNEIA FRANCISCA

Sidnéia se mostra pedra. Segura de si, as palavras saem de sua boca em melodia perfeita, te tocam, é possível escutar o tilintar da dor. Na contramão da expectativa paterna, entre caronas, livros e a faculdade, carregava ainda na barriga seu primeiro filho, fruto de uma relação terminada.

EMPODERAMENTO FEMININO NEGRO

Legitimada pelas pesquisadoras e feministas negras que ajudaram a compor o corpo dessa pesquisa, afirmo que o empoderamento feminino, e não somente ele, é uma grande arma de combate a violência obstétrica e demais violências ligadas ao sexismo em nosso país e no mundo. Acredita-se que a conscientização sobre a existência dos nossos direitos, como mulheres e cidadãs, possui enorme força ao possibilitar um empoderamento feminino. O conhecimento é a principal chave de combate a opressão que o corpo das mulheres sofreram e sofrem em nossa sociedade. O significado da palavra empoderamento a descreve como o ato de tornar-se poderoso, de possuir poder e autoridade. Consequências das heranças do período escravocrata, acredito que esse poder e autoridade, sobre nossas próprias existências, foram negados a comunidade negra em geral. Quando uma mulher é consciente sobre seu direito de ser acompanhada no parto, ela dificilmente deixará que as instituições de saúde impeçam que alguém de sua escolha a acompanhe no processo. Quando uma mulher se conscientiza que as cirurgias cesáreas são perigosas para a saúde dela e da criança, ela tomará cuidado ao escolher a opção, mesmo que haja pressão médica. Uma mulher empoderada sabe os limites do seu corpo, reconhece sua realidade e se torna consciente de seu papel e de seu corpo político. Ao tornar-se empoderada, a mulher preta consegue dialogar com as

instituições que a oprimem, mesmo quando as mesmas se ausentam de sua responsabilidade social. Empoderar-se aproxima do se conhecer. É libertador.

RELATÓRIO

Realizou-se um documentário de representação social, não ficção, mostrando, a partir dos relatos de mães negras, um crime presente em hospitais públicos. Em contraposição ao documentário *VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA – A voz das brasileiras*, o presente trabalho irá apresentar apenas depoimentos de mulheres negras. Visto que a escravidão perpetuou um silenciamento da cor preta no decorrer dos anos, trata-se de um objetivo evidenciar, na composição do documentário, o ponto de vista de mulheres negras que tenham sofrido essa violência, possibilitando a construção de uma outra realidade ao se falar do corpo preto.

Realizei com as fontes uma preparação anterior, pré entrevista, a gravação. Ouvi histórias sobre a descoberta do bebê, família, relacionamentos. Mostrarei o contexto de cada uma, o antes e depois da gravidez, desde o atendimento pré-natal à saída do hospital. Na intenção de criar uma relação de confiança com as entrevistadas e até mesmo de entender pelo que passaram durante o trabalho de parto, realizei perguntas sobre o círculo familiar, amigos, pensamentos, suas opiniões políticas e até mesmo sobre seus planos para o futuro, tanto delas quanto das crianças.

As gravações das imagens que irão compor o documentário foram realizadas no estúdio de telejornalismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto. Em nenhum momento mostrarei conversas que prejudiquem a vida social, sentimental e psicológica das mulheres entrevistadas, elas terão total liberdade para vetar diálogos que acreditem ser prejudicial para suas imagens.

CRONOGRAMA

Etapas e Procedimentos	Mês	2018.1				2018.2			
		1	2	3	4	1	2	3	4

Pesquisa sobre a região abordada	x				x			
Entrevistas com fontes primárias					x			
Entrevistas com fontes secundárias						x		
Viagens para obtenção de imagens					x	x		
Edição de material audiovisual								x
Pesquisa de Personagens				x	x	x		
Divulgação do documentário								x
Exibição do documentário								x
Escrita do memorial				x	x		x	
Revisão final, formatação pela ABNT							x	x
Impressão, cópias e entrega aos convidados da banca								x
Banca Examinadora								x

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Catarina. **Governo lança campanha para coibir o racismo no atendimento público de saúde** – Revista Online Geledés, 2014. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sao-60-das-maes-mortas-durante-partos-no-sus-diz-ministerio/> Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL, Nações Unidas. **UNICEF alerta para elevado número de cesarianas no Brasil.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef-alerta-para-elevado-numero-de-cesarianas-no-brasil/>. Acesso em 14 de Novembro de 2018.

BRENES, Anayansi Correa. **História da parturição no Brasil, século XIX.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000200002. Acesso em 15: de Novembro de 2018.

DEPUTADOS, Câmara. **PROJETO DE LEI N.º 8.219, DE 2017.** Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=79E6E60D7D9C0ACA4DCE3CE1A5BCFC8E.proposicoesWebExterno1?codteor=1591466&filename=Avuls+o+-PL+8219/2017. Acesso em: 25 de Julho de 2018.

COLLINS, Patricia Hills. **Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Vol. 31, Ed. 1, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 08.jul. 2018.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo.** Tradução livre para a Plataforma do Gueto, 1ª ed. 1981.

INSTITUTO DA MULHER NEGRA, Geledés. **Mulheres negras são 60% das mães mortas durante partos no SUS, diz Ministério.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sao-60-das-maes-mortas-durante-partos-no-sus-diz-ministerio/>. Acesso em: 14 de Novembro.

JUSTIÇA, Conselho Nacional. **CNJ: conheça os direitos da gestante e lactante.** 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81835-cnj-servico-conheca-os-direitos-da-gestante-e-lactante>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

KILOMBA, Grada. **A máscara**. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/viewFile/115286/112968>. Acesso em: 08.jul. 2018.

MULHERES, Onu. **ONU Mulheres Brasil nomeia Taís Araújo como defensora dos Direitos das Mulheres Negras**. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-brasil-nomeia-tais-araujo-como-defensora-dos-direitos-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 09.jul. 2018.

MORAES, Eleonora. **Dor do parto, como aprender com ela**. Livro Digital. Disponível em: http://www.despertardoparto.com.br/uploads/1/1/4/3/11438522/dor_do_parto_-_como_aprender_com_ela.pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

NORTHUP, Solomon. **Doze anos de escravidão**. Tradução de Caroline Chang, 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

PERSEU ABRAMO, Fundação. **Violência no parto, na hora de fazer não gritou**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2013/03/25/violencia-no-parto-na-hora-de-fazer-nao-gritou/>. Acesso em: 14 de Novembro.

PÚBLICA, Agência. **Na hora de fazer não gritou**. Disponível em: <https://apublica.org/2013/03/na-hora-de-fazer-nao-gritou/>. Acesso em: 14 de Novembro.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SÃO PAULO, Folha de. **Brasil é o segundo país com maior taxa de cesáreas do mundo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/10/brasil-e-o-segundo-pais-com-maior-taxa-de-cesareas-do-mundo.shtml>. Acesso em: 15 de Novembro de 2018.

SAÚDE, Ministério da. **Painel de Indicadores do SUS Nº 10**. VII vol. Brasília, 2016.

SAÚDE, Organização Mundial. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. 2014. Disponível em:

http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf. Acesso em: 27 de jan. 2018.

SAÚDE, Ministério. **Campanha mobiliza a população contra o racismo no SUS**. 2014. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/34777-campanha-mobiliza-a-populacao-contra-o-racismo-no-sus>. Acesso em: 08.jul. 2018.

SAÚDE, Ministério. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS**. 3ª ed. 2017. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. 09.jul. 2018.

SAÚDE, Ministério. **Blog da Saúde. Você sabe o que é violência obstétrica?** Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/53079-voce-sabe-o-que-e-violencia-obstetrica>. Acesso em: 03 de Setembro de 2018.

SAÚDE. Organização Mundial. **Relatório Mundial da Saúde 2005, para que todas as mães e crianças contem**. Disponível em: http://www.who.int/whr/2005/media_centre/overview_pt.pdf. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

TRUTH, Sojourner. **E não sou eu uma mulher negra?** Tradução de Osmundo Pinho, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2014. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 08.jul. 2018.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Tia Nastácia**. Disponível em : https://pt.wikipedia.org/wiki/Tia_Nast%C3%A1cia. Acesso em: 23 de novembro de 2018.